

1

ATA 336

2 Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às quatorze horas, realizou-se a
3 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede
4 na Rua Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo google meet sob a convocação
5 de sua presidente Mônica Mongrue. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
6 **governamentais:** Sandra Regina W. Cisco, Monica Mongrue, e Thais do Prado Dias Verillo
7 (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Lígia Cristina Souza França
8 (Secretaria Municipal de Esportes); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de
9 Educação); Rosangela Caldeira Legat (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação
10 Profissional).. **Os conselheiros titulares não governamentais:** Inês Chuy Lopes (Entidade de
11 Média Complexidade); Regina Rosa Pedrozo Rosa (trabalhadores da área). **Os conselheiros**
12 **governamentais suplentes:** Tatyane Denise Belo e Karina Teresinha Muehlbauer (FASPG). **Os**
13 **conselheiros não governamentais suplentes:** Márcia Fidelis (Entidade de Média Complexidade)
14 e Ana Caetano Pinto (Usuários da Assistência Social). A agente administrativa Maria Aparecida da
15 Silva. Esteve presente a Assistente Social Consuelo Lopes (Ministério Público). Justificaram a
16 ausência os conselheiros: João Eliseu Montes e Camila Vanessa Sviech. A reunião contou com a
17 seguinte pauta: 1- Eleições CMAS 2021; 2- Devolução dos recursos bem como a execução do
18 Programa Criança Feliz. A presidente Mônica Mongrue iniciou a reunião, cumprimentou a todos e
19 passou a palavra para a conselheira Thais, presidente da Comissão Eleitoral, repassar as
20 informações que foram tratadas na reunião da comissão eleitoral. A conselheira Thais informa que
21 foram pesquisados preços para realização da eleição online, e consultadas quatro empresas, cujos
22 valores variaram de R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00. O valor a ser pago seria com o recurso do IGD -
23 Bolsa Família, autorizado pela diretora do Departamento de Proteção Social Básica Tatyana.
24 Levantou-se a possibilidade de realizar o processo de forma presencial. Foi apresentado que no
25 processo on-line a empresa vencedora disponibilizaria aplicativos para celulares, computadores de
26 mesa e notebooks; estariam acompanhando todo o processo eleitoral e finalizando com a entrega
27 de um relatório e resultado final dos eleitos. E a segunda opção é em formato presencial, tomando
28 todas as precauções devido a pandemia, baseado nas eleições municipais, preservando a
29 higienização da caneta e das mãos, e o distanciamento social, com a possibilidade de
30 descentralização do processo eleitoral. A conselheira Thais relata a preocupação da comissão
31 quanto ao cumprimento dos prazos necessários para o processo licitatório. Conselheira Márcia
32 questiona sobre a necessidade de realizar consulta junto a PGM, para termos respaldo jurídico
33 quanto a privacidade do voto, a alteração do regulamento, entre outros. Ainda reforça a preocupação
34 com a acessibilidade e demais cuidados com os eleitores e candidatos. A conselheira Sandra
35 complementa dizendo que acha interessante fazer na modalidade online, para que justamente as
36 pessoas com comorbidade não necessitem se deslocar até o conselho para votar, contudo
37 demonstra a preocupação com o prazo, diante da dificuldade de fazer uma compra rápida. A
38 presidente do CMAS informa que já há um esboço do projeto de compra para eleição on-line,
39 podendo realizar os encaminhamentos rapidamente, lembrando que o valor da compra está dentro
40 do limite para compra direta. A conselheira Tatyana fala sobre a preocupação de acesso a tecnologia
41 pelos usuários, por isso foi trazido essa discussão para a plenária do conselho avaliar qual melhor
42 opção, pois alguns usuários tem acesso, outros não. A conselheira Sandra questiona se os CRAS
43 têm como disponibilizar computador aos usuários dos serviços, tendo a conselheira Tatyana
44 respondido que sim, contudo seria necessário designar uma pessoa para acompanhar o momento
45 do voto, para que os cuidados necessários fossem tomados, e que nesse momento, não é possível

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

46 a designação de um (a) funcionário (a). A presidente Monica coloca em votação, avisando que a
47 preocupação da representante do Ministério Público, senhora Consuelo, é quanto ao acesso dos
48 meios eletrônicos de todos os eleitores. Conselheira Thais ressalta que em questão de acesso, em
49 qualquer dos dois formatos, provavelmente, alguém não conseguirá participar; se for online, aquele
50 que não tem acesso à internet, não conseguirá votar, sendo presencial há as questões que a
51 conselheira Márcia observou, aqueles que tem dificuldade de mobilidade. Das duas formas não será
52 possível acolher a todos, nesse caso é necessário escolher o que for mais viável e fácil. A conselheira
53 Inês diz que poderia envolver todas as instituições a se proporem ser ponto de acesso, para não
54 haver longo deslocamento dos usuários dos serviços. A conselheira Ligia também relata sobre sua
55 preocupação com as pessoas com comorbidades, e os prós e contras de cada modalidade para a
56 eleição. Após diversas argumentações dos conselheiros e esclarecimento de dúvidas quanto ao
57 acesso a eleição, sendo online ou presencial, foi colocado em votação, e por 08 (oito) votos a favor
58 da eleição online, desde que haja um ponto presencial no conselho, e 01 (um) voto por presencial,
59 fica decidido que a eleição será na modalidade online. Próximo assunto é quanto a devolução dos
60 recursos e execução do Programa Criança Feliz – Departamento de Proteção Social Básica, o qual
61 a diretora Tatyana faz a explanação do assunto. Inicia dizendo que na reunião que aconteceu no dia
62 27/01 da Comissão de Acompanhamento do SUAS o assunto foi discutido e todos os presentes
63 estiveram de acordo com a decisão e com a justificativa do DPSB . Foi enviado um ofício ao Conselho
64 para a apreciação da devolução dos recursos que já foram repassados ao município, e quanto a
65 execução do Programa Criança Feliz, visto que o município no ano de 2020 fez Edital de
66 Chamamento Público para execução do programa, não tendo adesão. Os prazos foram prorrogados
67 por duas vezes, para que alguma entidade entrasse com proposta para a execução do programa,
68 não obtendo êxito, mesmo articulando com as que realizam trabalho semelhante ao programa. Ainda,
69 por conta da pandemia, o município teve um déficit enorme na questão dos recursos humanos e uma
70 demanda crescente de atendimento, ficando impossível assumir o programa, podendo incorrer em
71 irresponsabilidade, pois não conseguiria executar o serviço, por haver outras demandas prioritárias
72 de atendimento, nesse momento. A diretora menciona que todos os conselheiros da Comissão de
73 Acompanhamento do SUAS, foram favoráveis ao posicionamento do departamento, colocando o
74 assunto para discussão da plenária a fim de sanar dúvidas que pudessem ter. Não havendo
75 questionamento algum, a presidente indaga à mesa se algum conselheiro é contrário ao parecer da
76 comissão e, colocando em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. **Aprovado, conforme**
77 **Resolução/CMA S/Nº 01/2021**. A Conselheira Inês faz um questionamento em relação ao auxílio
78 funeral. Conselheira Tatyana informa que na última plenária de 2020 saiu uma resolução do conselho
79 aprovando algumas alterações em relação a regulamentação dos Benefícios Eventuais e que a
80 gestão está trabalhando em cima de um decreto que regulamente e altere a nossa lei municipal. Para
81 regulamentar o decreto tem que apresentar o impacto financeiro, no qual estamos trabalhando, já
82 podendo afirmar que o mesmo será considerável. Depois de elaborar o texto do decreto e passar
83 pela Procuradoria Legislativa, passará por fim pela Câmara Municipal para votação. Assim que
84 aprovado e publicado o decreto, a gestão providenciará as contratações necessárias para
85 pagamento dos auxílios, em acordo com a lei e decreto. O Conselho aguarda implantação dos
86 Benefícios Eventuais até o final do ano de 2021. A conselheira Tatyana diz que a respeito de
87 informações que o governo federal solicita alteração da operacionalização do Cadastro Único, o
88 departamento está elaborando um documento para o conselho solicitando que o mesmo se
89 posicione, para passar essa demanda ao Conselho Estadual. Após questionamentos de alguns
90 conselheiros, Tatyana informa que saiu uma medida, onde governo federal quer tirar a
91 responsabilidade dos municípios no cadastramento e da identificação das famílias do CadÚnico,
92 fazendo em forma de aplicativo, como é o auxílio emergencial. Isso impacta diretamente no envio de

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

93 recursos para cada município. Hoje, Ponta Grossa recebe o IGD o qual deixará de vir para os
94 municípios, aumentando o número de famílias sem acesso a esse benefício. Informa também que o
95 assunto foi levado a presidência da Fundação Municipal de Assistência Social e à gestora municipal
96 para providências pertinentes. A presidente do CMAS diz aguardar o documento para o conselho,
97 para então tratar do assunto. A conselheira Leni questiona sobre o documento do Bolsa Família que
98 chegou com avaliação muito baixa para o município, o que não condiz com a realidade. A conselheira
99 Tatyana esclarece que foi identificado um erro do governo federal, enviado para o Estado, mas até
100 o presente momento não houve retorno. A conselheira Leni informa que a secretária de educação
101 questionou quanto ao motivo da nota recebida, tendo sido explicado que provavelmente houve um
102 erro, visto que o município sempre foi elogiado pelo trabalho realizado na área da educação. A
103 conselheira Sandra fala sobre os questionamentos das entidades com relação às atividades
104 presenciais e informa que estiveram conversando com a presidente da FAS na data de ontem e que,
105 por enquanto, não há possibilidade de retomar as atividades normais, visto que os casos de Covid-
106 19 estão aumentando muito, e por enquanto continuará remoto. Sendo assim, será enviado um ofício
107 as entidades informando dessa decisão. Esgotados os assuntos da pauta, a presidente Monica
108 Mongruel encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida
109 pela agente social Maria Aparecida da Silva, com a participação da presidente Monica Mongruel,
110 após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

111 Monica Mongruel _____

112 CPF: 787.741.959-72

113 Sandra Regina W. Cisco _____

114 CPF: 726.394.589-49

115 Thais do Prado Dias Verillo _____

116 CPF: 042.454.089-44

117 Karina Teresinha Muehlbauer _____

118 CPF: 042 454 089 44

119 Ligia Cristina Souza França _____

120 CPF: 700847859-34

121 Leni Aparecida Viana da Rocha _____

122 CPF: 319.665.009-04

123 Rosangela Caldeira Legat _____

124 CPF: 396.549.909-04

125 Tatyana Denise Belo _____

126 CPF: 052.293.819-14

127 Inês Chuy Lopes _____

128 CPF: 709.394.549-04

129 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____

130 CPF: 801.358.209-44

131 Marcia Fidelis _____

132 CPF: 473.586.379-68

133 Ana Caetano Pinto _____

134 CPF: 803.488.749-87